

Sérgio Luiz de Oliveira Vilela

Engenheiro Agrônomo, M. Sc.  
Sociologia. Pesquisador da Embrapa/  
CPAMN. Doutorando em Ciências  
Sociais pela Unicamp/IFCH.

## Globalização e Agricultura: o Global, o Local e os Novos Desafios para a Agricultura Familiar

### I – Introdução

A maior parte das análises a respeito do processo de transformação em curso na sociedade mundial – a “Globalização” – tem privilegiado o nível “macro” dos processos e das relações, muitas das quais expressas através de siglas de ampla abrangência. Assim, questões como a formação dos grandes blocos econômicos regionais – CEE, PAC, NAFTA ou ALCAN, Mercosul, OCDE, APEC, entre outros –, a definição de regras para o comércio internacional e a garantia do respeito às mesmas pelos países membros – GATT, OMC – têm sido os grandes temas dos debates recentes<sup>1</sup>.

Quase todos os processos citados – formação dos blocos, definição de políticas internas a cada um deles e de políticas mundiais que acabam por estabelecer as relações entre os blocos – já existem oficialmente a mais ou menos uma década. Alguns destes processos já passam por avaliações diversas, enquanto outros apenas começam a ser implementados.

A discussão colocada neste ensaio vem refletir a preocupação específica com a concretude do processo de inserção/trans transformação da agricultura frente às definições de política macroeconômica, de abrangência mundial/transnacional, já em implementação, no contexto atual da globalização, ainda que este seja um processo

recente e em formação/expansão. Considerada como um processo que interpenetra e transfigura todos os espaços com os quais entra em contato, o problema é saber quais as conseqüências da globalização para os espaços ocupados pela agricultura familiar, onde prevalece um conjunto muito vasto de estratégias de reprodução, construídas quase sempre na tentativa de superar dificuldades colocadas pelo avanço do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, do qual a globalização surge como sua mais nova versão.

Para dar conta desta reflexão no campo das Ciências Sociais, faz-se necessário problematizar os seus atuais paradigmas pois, assim como (Ianni, 1996: 192), penso que

<sup>1</sup> CEE – Comunidade Econômica Européia; PAC – Política Agrícola Comum; ALCAN (NAFTA) – Acordo de Livre Comércio da América do Norte; Mercosul – Mercado Comum dos Países do Cone Sul; OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico; APEC – Cooperação Econômica Ásia-Pacífico; GATT – Acordo Geral de Comércio e Tarifas; OMC – Organização Mundial do Comércio .

“como totalidade geográfica e histórica, espacial e temporal, em suas dimensões sincrônicas e diacrônicas, a sociedade global se constitui como um momento epistemológico fundamental, novo, pouco conhecido, desafiando a reflexão e a imaginação de cientistas sociais, filósofos e artistas”.

Neste sentido, Ianni (1996: 190), considera também que

“o paradigma clássico das ciências sociais foi constituído e continua a desenvolver-se com base na reflexão sobre as formas e os movimentos da sociedade nacional. Mas a sociedade nacional está sendo recoberta, assimilada ou subsumida pela sociedade global, uma realidade que não está ainda suficientemente reconhecida e codificada. A sociedade global apresenta desafios empíricos e metodológicos, ou históricos e teóricos, que exigem novos conceitos, outras categorias, diferentes interpretações.”

Este, no entanto, é um debate teórico emergente e complexo que não será desenvolvido no espaço permitido por este ensaio<sup>2</sup>.

Por outro lado, o conhecimento de experiências empíricas, investigadas à luz da globalização, poderá alimentar a discussão paradigmática referida. Ainda de acordo com Ianni (1996: 194):

“A fecundidade possível da reflexão sobre a sociedade global, em suas configurações e movimentos, pode ampliar-se bastante se o sujeito do conhecimento não permanece no mesmo lugar, deixando que o seu olhar flutue livre e atento por muitos lugares, próximos e remotos, presentes e pretéritos, reais e imaginários”.

Neste sentido, o conhecimento das experiências já em curso e os conflitos daí decorrentes informarão, a partir de uma avaliação crítica, outros espaços de interesse (países e/ou blocos regionais), fazendo com que o processo de organização e implementação de suas políticas específicas possa absorver as experiências dos mais adiantados.

O processo de desenvolvimento é dinâmico, sem dúvida, porém, esta dinâmica é normalmente impulsionada pela dimensão “micro” de implementação das políticas comumente definidas a nível macro: são os conflitos políticos locais, a correlação de forças sociais, os aspectos naturais e/ou ambientais, culturais, tecnológicos, entre tantos, que produzem a necessidade de ajustes, mudanças e transformações dos processos em curso.

A agricultura, no contexto das outras esferas da produção, possui

peculiaridades fundamentais a serem levadas em conta, como a dependência de políticas protecionistas, a dependência de recursos e ritmos da natureza, a existência de relações sócio-históricas de produção, um “capital cultural” (tradição) que solidifica relações, entre outros, – muitos ainda não dominados pelo capital – que definem a especificidade da agricultura no âmbito dos acordos multilaterais, fugindo muitas vezes ao controle unicamente político do processo de negociação. Este conjunto de especificidades contribui para a definição de políticas locais/nacionais que, por sua vez, concorrem para dificultar os processos de negociação multilaterais. É por isso que

“Durante os últimos 50 anos, a agricultura tem ocupado um lugar especial na estrutura protecionista dos países desenvolvidos e foi deixada fora do âmbito do GATT. Quando começou a Rodada Uruguai, era premente a necessidade de uma revisão dos subsídios à agricultura. Após sete anos de complicadíssimas negociações, pode-se dizer que não há realmente uma expectativa de que o protecionismo agrícola deixe de existir. Até pode-se considerar que o acordo agrícola (...) introduz um “refinamento” paradoxal na legislação do GATT: o de aceitar que existem medidas agrícolas protecionistas não conflitantes com a expan-

• • • • •

<sup>2</sup> Para Hirst & Thompson (1994) o papel do Estado nacional continua decisivo para garantir uma inserção minimamente soberana do país na nova ordem internacional e na nova divisão internacional do trabalho. Os autores consideram o termo “globalização” como ideológico e que termina por desqualificar o papel do Estado nacional e desproteger os países em desenvolvimento em relação aos interesses dos países desenvolvidos. Ou seja: “este não é um problema nacional. É um problema colocado pela globalização”. Esta é uma das frases mais ouvidas nos últimos tempos e que tem como objetivo retirar a responsabilidade do Estado nacional sobre problemas muitas vezes causados por políticas econômicas nacionais.

são do comércio. De qualquer maneira, (...) o acordo agrícola submete, de forma realista, ao controle da comunidade internacional, práticas até agora implementadas à revelia do GATT pelos dois membros mais poderosos desta instituição: os Estados Unidos e a União Européia.” (Carfantan, 1994: 40).

Ainda quando estas dificuldades específicas são superadas ao nível político pelas cúpulas que discutem e definem os acordos multilaterais, a implementação destes acordos ao nível local produz conflitos devido ao caráter homogeneizador – portanto excludente e discriminatório – das políticas concretas resultantes dos acordos. Em conseqüência, criam a necessidade da busca de alternativas de inserção produtiva por parte dos agricultores, o que poderá provocar o estabelecimento de um contexto produtivo e social paralelo ao oficial/regulado/controlado.

Nesta direção, o presente trabalho procura abordar este debate tratando em primeiro lugar da globalização em âmbito teórico: antecedentes, características, diversidade e desafios. Em seguida, trata da agricultura neste novo contexto abordando as dimensões: tecnológica; econômica; sócio-política e cultural, discutindo o local e a diversidade frente às políticas regulacionistas homogeneizadoras. Por fim, à guisa de conclusão, são lançadas algumas questões para reflexão.

## *II – Antecedentes e Características da Globalização: Fim das Referências Econômicas Territoriais e Surgimento de Novos Padrões de Acumulação*

Com o fim da “guerra fria”; com a revolucionária modernização tecnológica, principalmente nas comunicações, na microinformática, na robótica e na engenharia genética; com a dispersão das corporações mundo afora, de forma praticamente independente dos Estados nacionais; com o avanço do processo de consolidação das instituições reguladoras e fiscalizadoras dos acordos mundiais; entre outros importantes acontecimentos que materializam a globalização, muitos analistas começaram a perceber que esta realidade, sua gênese e seus cenários futuros, carecem de melhor e mais profunda compreensão.

Hobsbawn (1996: 19) considera que:

“Embora o colapso do socialismo soviético e suas enormes conseqüências (...) fossem o incidente mais dramático das décadas de crise que se seguiram à Era de Ouro, essas iriam ser décadas de crise universal ou global. A crise afetou as várias partes do mundo de maneira e em graus diferentes, mas afetou a todas elas, fossem quais fossem suas configurações políticas, sociais e econômicas, porque pela primeira vez na história a Era de Ouro criara uma economia mundial única, cada vez mais integrada e universal,

operando em grande medida por sobre as fronteiras de Estado (“transnacionalmente”) e, portanto, também cada vez mais, por sobre as barreiras da ideologia de Estado”.

É neste momento que

“(…) generalizam-se políticas de desestatização, desregulação, privatização, abertura de mercados, fluxo cada vez mais livre de forças produtivas, modernização das normas jurídico-políticas e das instituições que organizam as relações de produção, tudo isso universalizando mais do que nunca o modo capitalista de produção; e o capitalismo como processo civilizatório.” (Ianni, 1996: 143)

Observa-se em grande parte das abordagens, por mais diferentes que sejam suas matrizes ou referências teóricas, que a dimensão econômica aparece ditando os rumos e a velocidade da globalização (Carfantan., 1994: 80-1); por exemplo, ao analisar o ritmo de crescimento do comércio mundial observa que

“Os relatórios do GATT indicam que o volume do comércio mundial foi multiplicado por 9 entre 1953 e 1992, enquanto o volume da produção só foi multiplicado por 5 no mesmo espaço de tempo. Assim, apesar das crises, o comércio continuou a desempenhar o papel de motor da “locomotiva”.

Neste sentido, a principal estratégia de organização, regulação e dotação de capacidade competitiva

“(...) do comércio mundial ao longo dos últimos anos foi a construção de amplos blocos comerciais nas regiões mais desenvolvidas do mundo. Este é o primeiro aspecto da realidade internacional que merece ser analisado como parte do pano de fundo da chamada “globalização” da economia mundial. Regionalização e globalização são na verdade fenômenos que se desenvolvem paralelamente e que, embora assumam contornos contraditórios, têm uma raiz comum, a saber, o fato de que o Estado-Nação já não constitui o espaço adequado para o desenvolvimento pleno das forças econômicas.” (Carfantan, 1994: 81).

Por outro lado, é na eliminação das barreiras à expansão mercantil que a dimensão política assume papel decisivo. Para Hobsbawm (1996: 552):

“O processo de globalização [foi] reforçado pela desmontagem de mecanismos nacionais para proteger as vítimas da livre economia global dos custos sociais daquilo que se descrevia orgulhosamente como o ‘sistema de criação de riqueza [...] hoje encarado em toda parte como o mais efetivo que a humanidade já criou’.”

Observações diretas dos novos processos técnicos, de organização e de distribuição da produção, mostram que

“a nova divisão internacional do trabalho envolvendo o fordismo, o neofordismo, o toyotismo, a flexibilização e a terceirização, tudo isso amplamente agilizado e generalizado com base nas

técnicas eletrônicas, essa nova divisão internacional do trabalho concretiza a globalização do capitalismo em termos geográficos e históricos. (...) Ao lado do fordismo e stakanovismo, bem como dos ensinamentos do taylorismo e toyotismo, desenvolve-se o toyotismo, a organização do processo de trabalho e produção em termos de flexibilização, terceirização ou subcontratação, tudo isso amplamente agilizado pela automação, pela robotização, pela micro-eletrônica e pela informática.” (Ianni, 1996: 47-77).

A globalização, enquanto fenômeno que caracteriza uma nova fase do desenvolvimento da história da humanidade, tem-se tornado cada vez mais evidente. Sob a ótica das ciências sociais, precisa ser analisada, quantificada, qualificada, criticada. Nunca negada. Sua negação não ajudaria a desvendar a dimensão das transformações, permanentes e dinâmicas, em curso na sociedade.

“Não se trata de negar os fatos que expressam as realidades locais, nacionais, regionais ou multinacionais (...). O dilema consiste em constatar se está ou não havendo uma ruptura histórica em grandes proporções, em âmbito global, assinalando o declínio do Estado-nação e a emergência de novos e poderosos centros mundiais de poder, soberania e hegemonia.” (Ianni, 1996: 40).

No entanto, este processo não navega em um mar de calmarias ou em uma estrada plana e retilínea, ao contrário, ele

“sempre se acomoda ou combina com os padrões, valores e instituições com as quais se defronta nas mais diferentes tribos, sociedades, nações, nacionalidades, culturas e civilizações. Pode conviver mais ou menos tensa ou pacificamente com outras formas de organização da vida e trabalho; mas em geral predominando. [Ou seja], (...) ainda que se preservem economias de subsistência, artesanatos, patrimonialismos, tribos, clãs, nacionalidades e nações, entre outras formas de organização da vida e do trabalho, ainda assim o processo capitalista influencia, tensiona, modifica, dissolve ou recria todas e quaisquer formas com as quais entra em contato. Exerce influência moderada ou avassaladora, dependendo do Estado em que se encontra, bem como da formação social do Estado com o qual se defronta.” (Ianni: 77 e 136).

A partir deste contato, novas relações sociais são estabelecidas como resultado de negociações de parâmetros econômicos e políticos. São processos que transcendem a vontade dos que nestes espaços operam e se relacionam historicamente. Arrighi (1994: 3), citando Harvey (1989: 191-4), considera que

“o remanejamento espacial dos processos de produção e acumulação, o ressurgimento da produção artesanal e das redes empresariais pessoais/familiares e a disseminação de coordenações via mercado, em detrimento do planejamento empresarial e governamental, tudo isso, na opinião de Harvey, são diferentes faces da passagem para o novo regime de acu-

mulação flexível”.

Torna-se necessário, portanto, buscar instrumentos que permitam lançar “novos olhares” sobre as históricas relações que se tem investigado. Serão as mais simples e localizadas relações que demandarão novas abordagens, do ponto de vista epistemológico e metodológico. É neste sentido que

“todo esse cenário, um pouco real e um pouco imaginário, obviamente é um cenário de confluências e tensões, acomodações e contradições. São processos que já se esboçam em alguns recantos desse novo e surpreendente mapa do mundo em formação desde o término da guerra fria; um mapa do mundo em que se estão desenhando várias economias-mundo regionais no âmbito de uma economia-mundo capitalista global” (Ianni, 1996: 33)

e que colocam para o analista o desafio de uma maior complexidade da relação parte-todo. O todo agora estará muito mais amplo, complexo, distante, para além da fronteira paradigmática do Estado-Nação ou da sociedade nacional. Todos os fatos sociais, por mais particulares que sejam, não poderão prescindir do caráter mundial das relações.

Observa-se, por exemplo, que ainda não existe consenso suficiente para definir a estrutura das relações econômicas e de poder mundial. Alguns autores, como Arrighi e Braudel, trabalham com a perspectiva teórica dos “ciclos sistêmicos de acumulação” e a con-

seqüente substituição dos centros de poder. No entanto, outros autores têm procurado construir uma nova teoria a partir da formação dos blocos econômicos regionais, segundo a qual não existiria mais um único país dotado de um poder central:

“Existe um crescente consenso de que a nova ordem econômica internacional se construirá sobre a base de um mundo interdependente e interconectado. Isto indica uma clara tendência à globalização, na qual os blocos econômicos poderiam representar um processo mundial que teria sua expressão em uma “globalização segmentada” (FLACSO, 1990).

A “globalização segmentada” estaria caracterizada por cinco aspectos centrais: i) uma economia de mercado de alcance global, na produção e no consumo, com uma homogeneização de formas produtivas e normas de qualidade; ii) tendência à concentração das atividades produtivas mais dinâmicas – o investimento, o comércio – nos polos mais importantes, em processos que são seletivos e excludentes, principalmente, de zonas do sul; iii) integração financeira global, com expansão transnacional do capital a todas as regiões; iv) alta mobilidade do capital de uma zona a outra, na busca de maior rentabilidade; v) mobilidade relativa do trabalho no global, porém com pressões geográficas específicas através de intenso processo de migrações internacionais. (FAO, 1994: 66-7)

No entanto, este processo de globalização segmentada, apesar de ainda muito nebuloso, já aponta para uma marginalização crescente dos países que não fizerem parte de um dos blocos, assim como, sérias dificuldades para aqueles dos blocos formados por países menos desenvolvidos. Para Carfantan (1994: 84-5),

“os riscos de marginalização dos países que não pertencem a um bloco comercial é também ligado ao processo de localização e realocização internacional da produção, provocado pelo fenomenal crescimento das empresas multinacionais e dos fluxos de investimentos diretos estrangeiros. O valor estimado do estoque de investimento direto estrangeiro cresceu a taxas próximas a 10% durante o período do pós-guerra. Cresceu a taxas ainda mais elevadas na década de 80. Esse crescimento recente se deu principalmente nos três blocos mencionados e entre esses três blocos. A construção de vastas redes de filiais, “joint ventures”, associações tecnológicas, espalhadas pelo mundo desenvolvido e pelos chamados novos países industrializados, adensou as relações econômicas entre os grandes pólos da economia mundial. Pelo menos três efeitos importantes dessas mudanças podem ser identificados: [i] o aprofundamento da internacionalização da indústria, induzida pelo uso constante de estratégias de realocização, “joint ventures” por empresas internacionais, competindo em escala cada vez mais global; [ii] novos mecanismos de competição e cooperação entre firmas, em consequência de uma crescente interdependência tecnológica de empresas especiali-

zadas em setores de alta tecnologia; [iii] marginalização dos territórios nacionais que não conseguiram propiciar as condições de investimentos procuradas pelas empresas cujo papel tornou-se decisivo em termos de pesquisa, inovação tecnológica e abertura de novas oportunidades de comércio internacional. Essas condições incluem: estabilidade econômica, expansão dos mercados domésticos, competitividade das indústrias nacionais e política econômica orientada para a abertura do espaço nacional.”

### III – Desafios da Globalização Frente à Diversidade

“Talvez a característica mais impressionante do fim do século xx seja a tensão entre esse processo de globalização cada vez mais acelerado e a incapacidade conjunta das instituições públicas e do comportamento coletivo dos seres humanos a se acomodarem a ele.” (Hobsbawn, 1996)

Esta assertiva hobsbawniana indica o contexto social no qual a globalização está inserida. Porém, o que parece mais evidente é que, ao invés de acomodarem-se à globalização, as instituições públicas têm sido incapazes de gerar o consenso, afinal, as transformações em andamento estão ocorrendo fundamentalmente na arena dos interesses de sujeitos sociais os mais diversos possíveis. Penso, com Ianni (1996: 205-6), que,

• • • • •

“nesse horizonte, a sociedade global pode ser vista como uma totalidade desde o início problemática, no sentido de complexa e contraditória; atravessada pelo desenvolvimento desigual, combinado e contraditório, que se especifica no âmbito de indivíduos, grupos, classes, tribos, nações, sociedades, culturas, religiões, línguas e outras dimensões singulares ou particulares”.

É neste sentido que as estratégias de eliminação de barreiras – criadas pela especificidade social, tradicional, cultural, religiosa, econômica, política, ambiental – de uma determinada sociedade, ao serem definidas em fóruns de cúpula e/ou por políticas macro-econômicas, tornam-se profundamente perversas e distantes das realidades às quais as estratégias de acumulação pretendem dominar. É, portanto, o caráter homogeneizante das políticas macroeconômicas que tem caracterizado a globalização.

Uma outra via modernizante, baseada no respeito e na convivência com processos sociais e históricos de produção, não tem ainda entrado na pauta das negociações cupulistas. É a partir do confronto “macro *versus* micro” que produzem-se os entraves às realizações globais e, ao mesmo tempo, são produzidas estratégias alternativas de reprodução.

São as evidências cada vez mais concretas e profundas do processo de globalização, vistas a partir

dos seus aspectos econômicos e políticos, a saber: a transnacionalização das corporações e a formação dos blocos econômicos regionais (NAFTA, CEE, Mercosul), que têm dado o tom da maioria das análises desenvolvidas até o momento. No entanto, algumas outras análises já se preocupam, não apenas em constatar que existe uma diversidade e uma desigualdade social que desafia a globalização mas, mais do que isso, em tentar entender os processos concretos que já se esboçam, principalmente em países onde as relações “glo-cais”<sup>3</sup> já estão materialmente mais estabelecidas.

“(…) O problema da diversidade está sempre presente nas configurações e movimentos da sociedade global. Seria impossível imaginar a globalização sem a multiplicidade dos indivíduos, grupos, classes, tribos, nações, nacionalidades, culturas etc. São estes que se globalizam, ao acaso ou por indução, sabendo ou não. Da mesma forma que são estes que vivem, agem, pensam, aderem, protestam, mudam, transformam-se.” (Ianni, 1996: 202-3)

A perguntas a serem feitas são: quais as perspectivas dos, até agora, excluídos das benesses do desenvolvimento? Continuarão sendo excluídos ou tendem a ser incluídos? Como pensar a diversidade social e econômica no contexto de uma via de desenvolvimento que se propõe a eliminar as fronteiras econômicas?

• • • • •  
<sup>3</sup> Glo-cais aqui é usada no sentido de experiências locais desenvolvidas a partir de políticas multilaterais, onde ocorre um processo de remodelagem da forma originalmente proposta, em função dos processos e interesses locais.

Nesse sentido, mesmo a hegemonia de uma perspectiva teórica clássica, baseada na teoria marxista, que propugnava a tendência inextinguível à crescente polarização burguesia-proletariado, passa por um processo de revisão em direção à admissão de outras “classes sociais”, com destaque para a economia informal e/ou familiar:

“Alguns autores afirmaram que a crise de produção em massa de tipo “fordista” (...) criou oportunidades singulares para o ressurgimento de sistemas de “especialização flexível”, baseados na produção artesanal de pequenos lotes, executada em unidades empresariais de pequeno e médio portes, e coordenada por processos de troca através do mercado (Piore e Sable, 1984; Sable e Zeitlin, 1985; Hirst e Zeitlin, 1991). Outros concentraram-se na regulamentação legal das atividades geradoras de renda e observaram o quanto a crescente ‘formalização’ da vida econômica – ou seja, a proliferação de restrições legais sobre a organização dos processos de produção e de troca – gerou progressivamente uma tendência oposta para a ‘informalização’, isto é, a proliferação de atividades geradoras de renda que contornam a regulamentação legal através deste ou daquele tipo de formação de empresas ‘pessoais’ ou ‘familiares’” (Lomnitz, 1988; Portes, Castells e Benton, 1989; Feige, 1990; Portes, 1994).” (Arrighi, 1994: 2).

Como afirmou Larissa Lomnitz com referência às economias nacionais,

“quanto mais um sistema social é burocraticamente formalizado, regulamentado e planejado, mas, ainda assim, incapaz de atender às necessidades sociais, mais ele tende a criar mecanismos informais que escapam ao controle do sistema’. Esses mecanismos informais ‘crescem nas brechas do sistema formal, vicejam em sua ineficiência e tendem a perpetuá-lo, ao compensarem as deficiências e gerarem frações e grupos de interesse dentro do sistema’. As economias formais criam sua própria informalidade, sobretudo porque, nas palavras de Richard Adams (1975, p. 60), “quanto mais organizamos a sociedade, mais resistente ela se torna a nossa capacidade de organizá-la.” (Lomnitz, 1988, p. 43, 54, Apud Arrighi, 1994: 341)

A formulação clássica, portanto, passa a admitir uma outra perspectiva, dando-lhe uma importância que está longe de ser marginal.

“(…) A produção e consolidação da diferença e variedade é um ingrediente essencial do capitalismo contemporâneo, que é, em todos os casos, crescentemente envolvido na múltipla variedade de micromercados (nacional, cultural, racial e étnico, de gênero, socialmente estratificado e assim por diante). Ao mesmo tempo, o micromercado ocorre no contexto das crescentes práticas econômicas universais-globais”. (Robertson, 1992: 173, Apud Ianini, 1996: 203)

#### IV – Agricultura, Modernização e Globalização

Com a finalidade precípua de aumentar constantemente a transferência de renda dos capitais agrícolas propriamente ditos para os capitais industriais e financeiros, estes últimos estabeleceram uma verdadeira corrida ao desenvolvimento de tecnologias que lhes possam proporcionar um controle cada vez maior do processo produtivo agrícola. Em consequência,

“(…) espremida entre as indústrias de insumos e o subsistema descendente de processamento e distribuição, a importância da agricultura de produção tem declinado constantemente desde o século XIX, embora em ritmo acelerado a partir de meados da década de 1930 à medida que as inovações químico-genéticas convergiam cada vez mais para formar ‘pacotes’ tecnológicos integrados. ‘(...) Na produção de alimentos, por exemplo, a diferença entre o preço que os consumidores pagam no varejo pelos produtos e o valor pago ao produtor agrícola ampliou-se na década de 1970: (...) Em 1973, 56 centavos de cada dólar gasto em alimento pelos consumidores iam para os serviços de comercialização. Por volta de 1982 este valor tinha subido para 65 centavos (...)’ [Gross et al., 1980: 123]. Em outras palavras, a parte que cabia à indústria de processamento e distribuição de alimentos, em cada dólar gasto no varejo pelos consumidores, nos Estados Unidos, era quase o dobro do que os fazendeiros recebiam”. (Goodman et al., 1990: 41-3)

Por outro lado, a natureza, o

nível de desenvolvimento tecnológico e o papel e a importância das políticas públicas, ou seja, da intervenção do Estado, são fatores que entram como complicadores no processo de negociação multilateral, tornando a agricultura um dos setores mais complexos, em se tratando da globalização.

Visando levantar algumas indagações a respeito da especificidade da agricultura no processo de globalização, são privilegiadas aqui as dimensões tecnológica e econômica, sempre perpassadas por interesses e decisões políticas e, por fim, explora-se, através das dimensões sócio-política e cultural, alguns conflitos já evidentes no âmbito da implementação de políticas regulacionistas da produção<sup>4</sup>.

#### a) Dimensão tecnológica

Uma das maiores revoluções tecnológicas de todos os tempos na agricultura está em andamento:

“A engenharia genética de plantas prenuncia potencialmente uma nova era na apropriação<sup>5</sup> industrial da agri-

cultura. Essa asserção estará plenamente justificada se as novas técnicas cumprirem a sua promessa de liberar os melhoradores de planta de sua dependência no processo natural de fertilização sexual como o único caminho para os cultivares aperfeiçoados. (...) A engenharia genética, em princípio, expandirá grandemente a base genética ao permitir que ‘os melhoradores de plantas introduzam genes derivados de qualquer planta, animal ou microorganismo nas variedades de culturas’ (Shaw, 1984: p. 817). A remoção das barreiras das espécies tornará acessível aos melhoradores de plantas as características genéticas desejáveis não encontradas no germoplasma natural. A introdução desses métodos industriais para alcançar diversidade genética promete trazer mudanças radicais à pesquisa de melhoramentos de plantas, permitindo o desenvolvimento de cultivares adaptados a ambientes menos dotados, ou pobres de recursos, e a sistemas agroquímicos menos intensivos em energia.” (Goodman et al., 1990: 93).

Observa-se, então, o potencial que têm as biotecnologias para superar obstáculos ainda existentes no processo de dominação da

natureza pelo homem, tão perseguido pelo capital. Tem-se a impressão de que os capitais que detêm o domínio das novas descobertas estão vivendo um momento de êxtase, pois,

“apesar de ainda em estágio experimental, as novas biotecnologias vegetais oferecem uma miríade de oportunidades de ganho comercial, seja por deslocar os fertilizantes químicos convencionais, seja por criar cultivares totalmente dependentes de agroquímicos patenteados. Engenharia é uma metáfora adequada para descrever um processo tecnológico que promete reduzir a semente ao status de um insumo industrial, sujeito a mudanças de ‘projeto’ precisamente controladas para atender às considerações comerciais.” (Goodman et al., 1990: 102). (Grifos meus, SV).

As modernas biotecnologias se, por um lado, viabilizam a diminuição dos custos ambientais gerados pela tecnologias de base química e mecânica<sup>6</sup>, por outro lado, ao serem desenvolvidas sob o controle de corporações privadas, mantêm e até acentuam a perver-

• • • • •

<sup>4</sup> A divisão dimensional aqui proposta – utilizada como recurso explicativo – não pressupõe uma autonomia entre as dimensões.

<sup>5</sup> Apropriação é definido pelo autor como sendo o processo de transformação de aspectos da produção agrícola em setores específicos da atividade industrial: a semeadura à mão substituída pela máquina, o cavalo pelo trator, o esterco por produtos químicos sintéticos, entre outros.

<sup>6</sup> De acordo com (Goodman et al., 1990: 91) “o impacto ambiental adverso dos padrões históricos do apropriação, que transformaram a base energética da agricultura através da mecanização e do uso de fertilizantes inorgânicos e agroquímicos (...) engloba, entre outros, a erosão do solo e a diminuição de sua fertilidade natural (...), a destruição da fauna e da flora por agroquímicos e a perda da diversidade genética devido à difusão das variedades de alta produtividade (HYV). Como observa Perelman (1977: p. 11), “...agricultura moderna, estilo americano, consiste em transformar combustíveis fósseis em alimentos... para cada caloria de alimentos colhida, são queimadas 2 1/2 calorias de combustível fóssil”. (...) Sistemas modernos agroindustriais não são mais vistos como um mal necessário em um mundo industrializado, mas cada vez mais como uma ameaça ao meio ambiente – que permanece sendo o elemento vital na produção agrícola.”



cidade da atual divisão internacional do trabalho.

De acordo com Goodman et al. (1990: 98-9):

“(...) a maior parte das mais avançadas firmas de P&D em biotecnologia e “mesmo muitas das companhias relativamente pequenas de biotecnologias são, efetivamente, transnacionais em termos de âmbito de ação e impacto de suas atividades, direta ou indiretamente, através de ligações com transnacionais que operam em todo o mundo (Morehouse e Dembo, 1984: pp. 1-48-49). Por exemplo, uma das novas firmas líderes em pesquisa biotecnológica, a Biogen, foi formada por iniciativa da internacional Nickel, hoje Inco Ltd., que atraiu outros capitais de risco da Schering Corporation, da Monsanto e da Grand metropolitan.”.

A questão é saber em qual direção as relações de poder, sob a égide da tecnologia, se movimentarão. Tem-se a impressão, à primeira vista, de que apenas os mais capazes de absorver este novo padrão tecnológico é que sobreviverão. Considerando-se que o domínio dos conhecimentos da engenharia genética estão em mãos de grandes corporações transnacionais, provavelmente não restarão grandes perspectivas de inserção produtiva da agricultura familiar. Esta tese reforça as teorias que propugnam o desaparecimento tendencial da agricultura organizada em base familiar.

Por outro lado, esta realidade tecnológica caminha “*pari passu*”

às já citadas tendências ao aprofundamento de uma nova divisão internacional do trabalho baseada na flexibilização e/ou terceirização. Este horizonte, também à primeira vista, reserva um importante papel à agricultura de base familiar. De qualquer maneira, é certo que

“a aplicação de biotecnologias modernas marca uma quebra decisiva com os conhecimentos sobre a agricultura tradicional. Esses já foram corroídos pelos avanços dos insumos mecânicos e químicos. Agora, no entanto, plantas e animais obtidos por engenharia genética e produção em ambientes controlados demandam uma base informacional radicalmente nova.. O fazendeiro dará lugar ao “bioadministrador” e a observação será substituída por “software”. A biotecnologia e as tecnologias da informação, portanto, andam de mãos dadas para criar um novo processo produtivo na agricultura.” (Goodman et al., 1990: 163).

Contraditoriamente, porém, esta aliança das biotecnologias com a informática poderá favorecer à administração da produção pela unidade familiar já que demandará uma menor utilização de mão-de-obra assalariada, mesmo que a mão-de-obra familiar necessite ser muito mais especializada. Neste sentido, Goodman et al. (1990: 162) consideram que

“a base técnica de produção de culturas de campo (...) provavelmente garantirá a continuação, mesmo que alterada, do papel da empresa agrícola

baseada na família. Os limites impostos pela natureza ainda impedem efetivamente a organização industrial direta e unificada do processo de produção rural. Os equipamentos extremamente complexos necessários para substituir até o mais simples trabalho, a descontinuidade do seu uso devido ao caráter sazonal da produção e os riscos de condições climáticas adversas são, todos, testemunhas sobre o modo pelo qual a indústria está se adaptando à natureza, ao invés de subordiná-la. A pressão para não assumir os riscos da produção agrícola direta, portanto permanece, o que forçará os padrões já existentes de substituição industrial. Tanto mais assim, de fato, dado que as culturas de campo tornar-se-ão, crescentemente, simples insumos indiferenciados para indústrias de transformação de biomassa”.

É nesta trilha fascinante, porém nebulosa que teremos de caminhar durante muito tempo ainda.

#### b) Dimensão econômica:

Neste item, o objetivo é abordar os mais recentes e mais importantes fatos ocorridos no âmbito da discussão a respeito da internacionalização dos mercados objeto das negociações do GATT, onde a agricultura ocupou lugar de destaque pelo nível de dificuldades, próprias deste setor, o que em muito emperrou o andamento das negociações.

“As negociações agrícolas no âmbito do GATT talvez até pudessem progredir se o problema central fosse susten-

tar uma fase de crescimento econômico mundial. Entretanto, quando o desafio é, ao contrário, criar as condições necessárias a uma recuperação de longo prazo, tais acertos mostram-se muito menos operantes. Não podem inverter a tendência à desaceleração das importações agrícolas, em flagrante contraste com o ritmo de crescimento da produção. Estudo recente do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos estima que a oferta mundial de alimentos esteja aumentando 2,7% ao ano, enquanto que o crescimento da demanda não ultrapassaria a taxa de 2%. E não é proibido pensar que esta disparidade tenha aumentado nos últimos anos (USDA/ERS, s.d.). (Veiga, 1991: 137).

Curiosamente, no entanto, as conseqüências políticas decorrentes dos resultados a serem alcançados durante o processo de negociação dos acordos econômicos, terminaram por balizar o andamento daquelas negociações.

“Na mencionada disputa comercial, o principal instrumento são as medidas protecionistas, que permitem aumentar a capacidade competitiva de maneira espúria ou artificial, através da intervenção do Estado. Isto ocorre de forma independente das vantagens reais, tanto comparativas existentes como competitivas adquiridas, conseguidas respectivamente, pela dotação

e remuneração da produção e nos processos de produção, circulação e distribuição de bens e serviços. Para as ações protecionistas os Estados nacionais e as organizações comunitárias como no caso da UE [União Européia], dispõem dos recursos suficientes e os utilizam para defender os interesses do país e os de seus produtores.” (FAO, 1994: 80)<sup>7</sup>

Após terem chegado ao fim as negociações da Rodada Uruguai do GATT, um importante debate foi estabelecido, tendo como base os seus resultados finais. Alguns autores, como Carfantan, (1994: 40-1), consideram que

“o acordo agrícola e as demais medidas incluídas no Ato Final oferecem a todos os países signatários a oportunidade de resolver em âmbito multilateral, com regras explícitas e supervisionadas pela Organização Mundial do Comércio (...) querelas comerciais anteriormente tratadas em nível bilateral. Por fim, fortalece o GATT [e as entidades formadas em decorrência, como a OMC] como um foro de negociações multilaterais capaz de regular as formas e graus de proteção agrícola, compatíveis com os volumes de produção e comércio desejados pela comunidade internacional. A Rodada Uruguai foi uma tentativa de tirar do impasse os países protecionistas, abordando uma dificuldade comum a to-

dos.”

Por outro lado, Delorme & Clerc (1994: 148-9) consideram que estes resultados, ao invés de favorecerem à superação do regionalismo (blocos econômicos regionais), contribuem para acelerar a sua consolidação. Nesta perspectiva, o protecionismo, ainda que supere as fronteiras geográficas nacionais, realocar-se-á nas fronteiras dos interesses econômicos dos blocos:

“Eis aí a única lição importante destes sete últimos anos de negociação. Elas não tinham a importância crucial que lhes eram atribuídas. Elas valiam mais pelo que impediam do que pelo que permitiam. O que elas impediam: o retorno ao protecionismo, a crispação nacional (talvez nacionalista) destinada a repassar a crise aos outros, ou “cada-um-por-si”, sobre o qual se sabe (...) que ele cria mais ressentimento que alívio. O que elas [as negociações do GATT] permitiam: um pouco mais de abrangência, um pouco mais de mundialização, em um mundo cada vez mais estruturado pelo regionalismo. O GATT não é uma alternativa ao regionalismo: mantendo-se a pressão internacional, ele é o acelerador. Em si mesmo, o acordo não acrescenta grande coisa além do que entre vizinhos já foi consentido. Mas mantendo uma ficção mundialista, ele permite exorcizar alguns demônios. (...) Não é evidente



<sup>7</sup>“(…) En el pasado reciente la protección de la agricultura en los países desarrollados es muy alta, y (...) ha crecido intensamente. Esta evolución del proteccionismo en esos países, ratifica el significado del rol que el Estado asume en los mismos, así como su fuerte intervención en la economía y, en especial, en la agricultura. Por eso, además de las distorsiones intrínsecas del funcionamiento imperfecto de los mercados – monopolios, monopsonios, oligopolios y oligopsonios – no se puede afirmar que en aquellos países domina el “libre juego de las fuerzas del mercado”, ni que el Estado tiene un papel sólo subsidiario. Tales condiciones son opuestas a las que se preconizan y adoptan en muchos países de América Latina.” (FAO, 1994: 82)

que os atores que representaram a peça sejam bem conscientes disso: eles acreditavam agir com um objetivo econômico, mas sua tarefa, no fundo, era política”. (Grifos meus, SV)

Uma outra posição no referido debate é o da FAO que, como parte de uma entidade multilateral, considera que os resultados finais da Rodada Uruguai para a agricultura desfavorecem enormemente os países em desenvolvimento:

“Em geral e como consequência do acordo na Rodada [Uruguai do GATT] para as políticas agrícolas, se podem indicar três tipos de opções normativas que definem um número similar de conjuntos de políticas: as que têm uma aplicação restrita e são consideradas insatisfatórias ou insuficientes; as que têm uma aceitabilidade geral e são consideradas satisfatórias, porém cuja aplicação pode não ser sempre viável; e um terceiro grupo cuja aceitação depende das características específicas e da forma como são executadas”. (...) Uma breve análise comparativa das políticas mencionadas indica a relativa dificuldade no futuro para os países em desenvolvimento porque entre aquelas consideradas de aplicação restrita e que deverão ser gradualmente abandonadas, se encontram os preços mínimos ou de sustentação, mecanismos utilizados como estabilizadores dos preços para enfrentar eventuais flu-

tuações bruscas dos mesmos nos mercados nacional e internacional. Por outro lado, políticas que por seu alto custo não estão ao alcance da maioria dos países em desenvolvimento, como por exemplo os pagamentos diretos aos produtores em conceito de receita e que podem introduzir instabilidades nos preços dos produtos, são consideradas no acordo como satisfatórias.” (FAO, 1994: 150-1)

Neste sentido, do ponto de vista dos chamados países em desenvolvimento, as normatizações resultantes da Rodada Final exigirão que alternativas de políticas nacionais e/ou regionais sejam criadas de acordo com as especificidades de cada país ou bloco.

“Cabe ressaltar as grandes limitações que terão os países em desenvolvimento para executar políticas de pagamento direto aos agricultores por conceito de ingressos, como realizam cada vez mais os países desenvolvidos. Estas políticas são consideradas como permitidas nas conclusões da Rodada, porém exigem grandes volumes de recursos que não estão disponíveis na quase totalidade dos países em desenvolvimento. (...) Na circunstância mencionada, um dos temas mais importantes e difícil no futuro para os países em desenvolvimento será encontrar entre os mecanismos de políticas permitidos de acordo com os resultados da Rodada, aqueles que ao mesmo tempo contem

com recursos suficientes para sua execução; possibilitem apoiar fortemente, a curto e médio prazo, o crescimento da produção; reforcem a diminuição da dependência externa e o aumento do grau de segurança alimentar; contribuam a diminuir o nível de pobreza e subnutrição existentes; e ajudem a minimizar o processo de migração do campo para as cidades.” (FAO, 1994: 159)

### *c) Dimensão sócio-política e cultural: o local, a diversidade, as políticas regulacionistas e seu caráter homogeneizador*

Toda a discussão desenvolvida até aqui tem um caráter multidimensional. A realidade, tratada nesse nível de abstração, tenderá à sua concretude à medida em que as políticas resultantes das negociações de cúpula forem enfrentando os desafios da sua implementação ao nível local – seja regional, nacional, local ou comunitário. É no âmbito das microdimensões que os conflitos tornam-se mais evidentes, a partir do momento em que as especificidades estruturais locais são chamadas à homogeneização com base em modelos desenvolvidos teoricamente, freqüentemente caracterizados pela discriminação e pela exclusão.

O objetivo deste subitem, portanto, é tratar deste conflito, a partir da experiência francesa analisada

• • • • •  
• <sup>8</sup> A discussão ocorrida durante o seminário que deu origem à já referida publicação – Allaire & Boyer, 1995 – aborda as transformações recém-ocorridas nas “conventions et régulations dans l’agriculture et l’agro-alimentaire” que apontam para a mudança do caráter produtivista da agricultura francesa – já de há muito criticado por alguns autores<sup>8</sup> – para uma produção baseada na qualidade dos produtos visando atender às novas exigências de um mercado mais preocupado com os índices de contaminação química dos alimentos produzidos pela agricultura de base produtivista.

por Allaire & Boyer (1995)<sup>8</sup>. No caso brasileiro, considerando o pouco tempo de envolvimento do país nos acordos multilaterais, principalmente ao nível do Mercosul, as referências feitas têm por base indicações de conflitos divulgados na imprensa, carecendo de pesquisas e análises mais sistemáticas.

No caso da agricultura, é principalmente no espaço ocupado pela agricultura familiar que estes conflitos são mais evidentes e acirrados. Tanto no Brasil quanto no resto do mundo, a diversidade é o que, de forma mais acentuada, caracteriza esta agricultura<sup>9</sup>.

“A agricultura dita profissional, ela mesma, não repousa sobre um modelo único de exploração. (...) Os técnicos (Agrônomos, Conselheiros Agrícolas, administradores) têm, de sua parte, sublinhado a diversidade dos projetos familiares (mais ou menos determinados pelo ciclo familiar e a posição social da família) para explicar a diversidade das formas de organização em uma problemática sistêmica.” (Osty, 1978)”apud Allaire & Boyer, 1995: 387).

Com os diferentes projetos familiares convivem as estratégias de

reprodução e as redes locais de relações que se entrecruzam de forma complexa para viabilizar os referidos projetos. Allaire & Boyer, (1995: 387) consideram que:

“esta diferenciação produz uma estrutura relativamente estável desde que lhe correspondam recursos e mercados específicos. Não é necessário, num primeiro momento, invocar investimentos específicos de qualificação particular dos produtos que, de fato, superpõem uma nova diferenciação a uma estrutura mercantil. O simples fato de que certos processos de produção permaneçam mais ou menos industrializados, tecnicamente falando, oferece vias de desenvolvimento mais ou menos intensivas.”

No contexto desta importante e abrangente mudança de perspectiva – do produtivismo para a qualidade – surgem conflitos gerados pelos diferentes interesses das diferentes categorias de produtores que, devido às novas normas de regulação – impostas a partir de decisões governamentais que, por sua vez, procuram viabilizar os acordos multilaterais – têm sido forçados a adotar padrões de qualidade para os seus produtos que tendem a desconhecer as especifi-

idades e a diversidade, tanto estruturais quanto locais<sup>10</sup>.

“A coexistência, em um mesmo setor de atividade, de unidades de tamanhos muito diferentes (...) tem a ver com os vários tipos de combinação entre técnicas e mercados. Trata-se, seja de múltiplas atividades que combinam-se diversamente, seja de redes de comercialização não concorrentes (mercados locais ou regionais independentes dos mercados de massa), seja de empresas concorrentes que aproveitam os efeitos das escalas e outros efeitos que os compensem.” (Allaire & Boyer, 1995: 388)

No Brasil, alguns conflitos já podem ser observados:

“Os criadores paulistas de cabras estão reclamando das exigências feitas pelo CIPOA (Centro de Inspeção de Produtos de Origem Animal), da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, para funcionamento das miniusinas que industrializam leite no Estado. (...) O CIPOA (...) deseja impor normas idênticas às fixadas para a agroindústria, negando assim um tratamento apropriado para a produção artesanal, como é o caso da caprinocultura. (...) As leis que regulamentam a industrialização e venda do leite de

<sup>9</sup> A percepção, o interesse e a ênfase dada pela academia e outros organismos de pesquisa às estratégias de reprodução e à diversidade das formas de organização (modos de funcionamento) da agricultura familiar no Brasil toma corpo a partir da segunda metade da década de 80. Não que outros trabalhos não tenham sido desenvolvidos antes deste marco temporal (Paiva & Homem de Melo, 1942; Muller, 1951; Soares, 1981; entre outros) mas, um certo incremento à produção científica a partir daí é bem mais perceptível: Lovisolio, 1989; Garcia Jr., 1989; Wanderley, 1989 e 1996; Paulilo, 1990; Abramovay, 1991; Pampa, 1992; Lamarche, 1992 e 1994; Santos, 1993; entre outros.

<sup>10</sup> “Les auteurs associent au changement de perspective la prise en compte et l'évaluation de ressources en général auparavant ignorées: la tradition, les règlements, les normes, les relations locales spécifiques (communautaires) entre acteurs, les associations professionnelles... Ressources spécifiques, celles-ci génèrent des qualités spécifiques.” (Allaire & Boyer, 1995: 393)

cabra no Estado definem a atividade como artesanal, pois ela se baseia em minifúndios com rebanhos pequenos (de 30 a 100 animais). (...) A renda do caprinocultor é baixa e os criadores não têm condições de arcar com as despesas de um número exagerado de exames, além da presença semanal de um médico veterinário no sítio”. (Lilian Santos Nogueira Hass, diretora da Paulicapri (Associação dos Produtores de Leite de Cabra do Estado de São Paulo). Para o diretor do CIPOA, Evaldo Varzim Stumm, porém, “nenhuma medida nova foi tomada. Elas estão bem definidas na lei” (Jornal Folha de São Paulo, 31 de julho de 1996, p. 7.3, sessão “Agrofolha”).

#### Isto significa que

“Um sistema de qualidade não define uma qualidade única, mas, antes, um modo de avaliação da qualidade com escalas de cotação segundo critérios específicos ajustado a normas mínimas. É um conjunto de dispositivos materiais e cognitivos que tem um custo. É certamente um modo de controle das normas especificadas, mas é, antes de tudo, um modo de avaliação, do qual decorrem aliás, os controles. Por exemplo, uma cooperativa vitícola que queira adotar uma política de qualidade baseada em uma elaboração tecnológica, diferenciada segundo certas características dos recursos, como uma cooperativa leiteira, cuja atividade de fabricação de queijos dependa de características específicas do leite, deve poder identificar (eventualmente até o momento da fabricação) o fornecimento de cada aderente e proceder à análise das características de qualidade antes de começar o proces-

so de fabricação. Estas análises fornecem os parâmetros de preço de forma que este seja indicativo do nível de qualidade procurada. Mas eles são também as informações técnicas necessárias à avaliação das características das culturas e das criações ou das áreas vitícolas. Um sistema de qualidade é, portanto, um sistema de discriminação.” (Allaire & Boyer, 1995: 391) (Gripos meus, SV).

O desafio, neste caso, não é rejeitar a qualidade; muito menos o processo de regulação. O desafio passa a ser a contemplação de interesses os mais diversos, de forma que a estrutura produtiva existente – muitas vezes baseada em padrões de qualidade locais e históricos/tradicionais – seja socialmente fortalecida.

“O que parece importante, num primeiro momento, é a evidência de uma variedade de níveis implicados na gestão da qualidade ou a coerência de um modo de regulação. A explicitação de uma compatibilidade entre formas organizacionais de diferentes níveis termina por definir princípios organizacionais gerais. Entretanto, estas formas são regidas por diferentes lógicas que asseguram a compatibilidade entre regras de naturezas diversas e permite a coexistência de redes específicas. Convenções de qualidade sustentam estas lógicas. (...) O problema é compreender a solidificação das convenções através das iniciativas locais, de um processo de tentativas e erros descentralizado até o nível do ator individual. É necessário imaginar diversos níveis desconcentrados onde se consolida esse processo, das empresas

aos diferentes dispositivos reguladores. (...) É necessário compreender estes compromissos como regimes de compatibilidade entre as dinâmicas destas organizações (atores) que permitem uma segmentação no interior do sistema. Trata-se no caso de dois pólos, um mais industrial, no que se refere às dimensões da atividade e a uma lógica de economia de escala e, outro mais artesanal em função do tamanho das empresas. (...) Aos tipos de organização técnica corresponde (em suma) segmentos de mercado.” (Allaire & Boyer, 1995: 389-90)

Pensando do ponto de vista teórico, os autores consideram que

“a noção de sistemas sociais de produção (Allaire, 1986) permite perceber, de forma descritiva, a articulação entre formas (ou redes) locais de produção e redes de comercialização. Ela permite considerar o encontro de determinantes locais de sistemas de produção, tanto de fatores econômicos, no médio prazo, quanto de fatores antropológicos, no longo prazo. Esta diversidade visa distinguir diversas vias de modernização de sistemas de produção, diversas formas de realização local de um mesmo modelo geral de desenvolvimento. A regulação de um sistema de acumulação, dita global, quando é considerada em relação com questões locais, remete ao mesmo tempo às condutas individuais socializadas e aos dispositivos institucionais que apoiam os atores.” (Allaire & Boyer 1995: 388)

Em suma, não se trata de comparar a agricultura francesa com a agricultura brasileira. No entanto, cabe verificar em que medida

### V – Considerações Finais

a experiência francesa ajuda a pensar a agricultura brasileira. Malgrado as características constitutivas da agricultura brasileira, a saber: a histórica concentração fundiária; a renitente opção pelo latifúndio, pelos complexos agro-industriais e pelo capital financeiro; uma agricultura familiar bloqueada no processo de modernização excludente, parcial, conservadora – o que a torna essencialmente diferente da agricultura francesa que optou pela agricultura familiar – algumas outras características, como a diversidade de estratégias de reprodução, no que se refere à agricultura familiar, aproxima-as. No caso da agricultura brasileira, esta diversidade é ainda maior devido à extensão territorial do país, às características culturais regionais – dentre elas a própria origem étnica dos produtores que implica na forma de organizar a produção; às condições e características ambientais regionais; entre tantas, que terminam por balizar as estratégias de reprodução deste segmento de produtores.

Decorre daí que as políticas globais de caráter homogeneizador, ao serem implementadas em países com o Brasil, defrontar-se-ão com uma diversidade muito mais ampla e problemática do que a contemplada nas suas margens de ajuste<sup>11</sup>.

Importantes mudanças estão em curso na sociedade mundial. A essas mudanças alguns autores – inclusive o deste ensaio – estão chamando de “globalização”. Poder-se-á escolher três caminhos para considerá-las. Um caminho diz respeito à sua própria negação. Um outro é acolhê-la com deslumbramento. O terceiro é acolhê-la com questões. É este último caminho que segue este ensaio. Neste sentido, o caráter ensaísta deste trabalho tem a ver com o próprio estágio ainda incipiente de desenvolvimento dos processos constitutivos da globalização.

Malgrado a opacidade desta nova realidade, uma importante conclusão deste ensaio é que não se pode pensar a “globalização” sem pensar a “localização” e vice-versa. Não é possível homogeneizar economicamente condições sociais tão diferentes. Conflitos decorrentes do processo de implementação das macro-políticas, no nível local, levarão estas a reformulações e/ou lançarão as bases para a estruturação de espaços alternativos de vida social, de mercado, de manifestações culturais, de organização política, todos baseados na informalidade. É neste sentido que, para as Ciências Sociais, muitas novas questões surgem enquanto outras permanecem, ainda que em bases qualitativamente diferentes.

“A globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. Este é um processo dialético porque tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção anversa às relações muito distanciadas que os modelam. A transformação local é tanto uma parte da globalização quanto a extensão lateral das conexões sociais através do tempo e espaço.” (Giddens, apud Ianni 1996: 195). (Grifos meus, SV).

Por outro lado, a tendência à flexibilização e à terceirização tende a favorecer às empresas de menor porte, entre as quais as de caráter familiar. Porém, as empresas familiares a serem incorporadas ao novo padrão de acumulação serão as que conseguirem atingir um grau de modernização que dê conta de abastecer às, cada vez mais modernas, corporações, sejam elas industriais ou agro-industriais. Este é, portanto, um processo com enorme potencial segregacional, ao qual só terão acesso as empresas que enquadrarem-se em padrões produtivos específicos determinados pelas grandes corporações transnacionais.

Cabe aqui um papel decisivo ao Estado no sentido de estimular e viabilizar o processo de modernização das empresas familiares. No

• • • • •

<sup>11</sup> O Zoneamento Agroecológico do Nordeste realizado pela Embrapa-CPATSA/CNPS (ver Silva et al., 1992) para o Nordeste identificou cento e setenta e duas unidades geoambientais, cada uma constituída por sistemas de produção específicos e vinculados a diferentes mercados.

caso específico da agricultura, em todos os países desenvolvidos o papel do Estado foi e continua sendo a alavanca e a proteção da agricultura de base familiar. No Brasil, este caminho foi tomado na direção inversa: os beneficiários foram a grande propriedade e a agro-indústria<sup>12</sup>.

É da parte dos “segregados” que têm surgido as estratégias alternativas de reprodução criadas pelas empresas familiares excluídas. Nesse processo, ao não se contemplar a permanência dos diferentes tipos de produtores, escalas de produção e qualidades de produtos – devido ao caráter homogeneizante e excludente dos acordos multilaterais e suas políticas decorrentes – estabelecer-se-ão, criar-se-ão e recriar-se-ão nichos e padrões alternativos de mercado, onde prevalecerão, de forma cada vez mais intensa, a flexibilidade, a terceirização, as economias informais e a produção familiar.

Nada disso é novo, no entanto. Ou seja, a criação e recriação de estratégias de reprodução por parte da agricultura familiar no Brasil tem-se constituído – conforme já mencionada neste ensaio – na sua principal característica e no mais fascinante desafio para o campo das ciências sociais que ocupa-se da agricultura. Porém, o *atelier*, no qual estes conflitos são modelados, bem como os paradigmas que serviram durante algum tempo para a sua macro compreensão não são mais os mesmos. A própria mu-

dança estrutural do padrão de acumulação, passando do “fordismo” para a “flexibilização”, recoloca em discussão os espaços que cada segmento social produtivo deverá ocupar e é esta, em suma, a preocupação central deste ensaio com a agricultura familiar. A questão é: o espaço da agricultura familiar no Brasil será ampliado ou reduzido neste novo cenário, o da globalização?

Além desta, algumas outras questões são postas para o atual padrão agrícola: qual o lugar da agricultura no novo padrão de acumulação? Quais as consequências para a agricultura das mudanças tecnológicas em curso (biotecnologias, microeletrônica, robótica, novos materiais)? Qual o potencial analítico atual da noção de Complexos Agro-industriais? Qual a importância da noção de “Rede” recém incorporada à análise da dinâmica da agricultura? Quem atenderá à demanda de nichos de mercado que definem-se como qualitativamente alternativos quanto à qualidade ambiental dos produtos, principalmente os produtos alimentícios? E os consumidores de poder aquisitivo inacessível em relação ao mercado de massas, como serão contemplados? A reforma agrária ainda será necessária? Com que caráter (política social compensatória ou revisão do atual modelo de produção agrícola)? Eis aí um extenso e fascinante programa de pesquisa.

## VI – Bibliografia

- ADAMS, R. Harnessing technological development. In: POGGIE, J.; LYNCH, R. N. *Rethinking modernization: anthropological perspectives*. Westport, CT: Greenwood press, 1975. p. 37-68
- ARRIGHI, G. *O longo século xx*. Rio de Janeiro: Contraponto. São Paulo: Unesp, 1994.
- ALLAIRE, G.; BOYER, R. *La grande transformation de l'agriculture*. Paris: Economica, 1995.
- ALLAIRE, G. Problèmes méthodologiques de l'analyse localisée de systèmes socio-économiques. In: JOLLIVET, M. *Pour une agriculture diversifiée*. Paris: LHarmattan, 1988.
- CARFANTAN, J. Y. *Integração econômica*. Curitiba: OCEPAR, 1994.
- DELGADO, G. da C. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil*. São Paulo, ícone, 1985.
- DELORME, H.; CLERC, D. *Un nouveau GATT?*. Paris: Editions Complexe, 1994.
- FAO. *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável: versão resumida do relatório final do projeto UFT/BRA/036*. FAO/INCRA, 1994. 24 p.
- FAO. *Oficina Regional para América Latina y el Caribe*. Santiago, 1994
- FEIGE, E. Defining and estimating underground and informal economies: the new institutional economic approach. *World Development*, 18, 7, 1990, p. 989-1002.
- GIDDENS, A. *As consequências da*



<sup>12</sup> Ver Delgado, 1985; Kageyama et alli, 1987; Martine, 1989, entre tantos outros.

- modernidade. São Paulo: Unesp, 1991.
- GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. *Da lavoura às biotecnologias*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- GOOS, K. F.; RODEFELD, R. D.; BUTTEL, F. H. The political economy of class structure in US agriculture. In: BUTTEL, F. H. and NEWBY, H. *The rural sociology of the advanced societies*. Monclair, NJ: Allanheld Osmun, 1980.
- HARVEY, D. *The condition of post-modernity: an enquiry into the origins of cultural change*. Oxford: Basil Blackwell, 1989.
- HIRST P.; ZEITLIN, J. Flexible specialization versus Post-Fordism: theory, evidence and policy implications. In: *Economy and society*, 20, 1, 1991, p. 1-56.
- HIRST, P. & THOMPSON, G. *Globalization in Question*. Londres: Polity Press, 1994.
- HOBBSAWN, E. *Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- IANNI, O. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996
- JOLLIVET, M. *Pour une agriculture diversifiée*. Paris: LHarmattan, 1988.
- JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 31 de julho de 1996 ("Agrofolha").
- KAGEYAMA, A. *et alli*. O novo padrão agrícola brasileiro: do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais. In: Delgado, G. *et alli* (org.). *Agricultura e Políticas Públicas*. IPEA. 127. 1990.
- KAGEIAMA, A.; BERGAMASCO, S. M. P. P. A estrutura de produção no campo em 1980. *Perspectivas*, São Paulo, v.12/13, p.55-72, 1990.
- LAMARCHE, H. *Produção Familiar*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1993.
- LAMARCHE, H. *L'agriculture familiale*. Paris: LHarmattan, 1994.
- LOMNITZ, L. A. Informal Exchange networks in formal systems: a theoretical model. In: *American Anthropologist*, 90, 1, 1988, p. 42-55.
- MARTINE, G. *Fases e Faces da Modernização agrícola no Brasil*. [s.l.]. 1989. Mimeo.
- MOREHOUSE, W.; DEMBO, D. *Transnational corporations in biotechnology*. Nova York, 1984. Mimeo.
- OSTY, P. L. L'exploitation agricole vue comme un système. *Diffusion de l'innovation et contribution au développement*. Paris: INRA, 1978. BTI, n° 326, 43-49.
- PIORE, M. J.; CHARLES, F. *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. Nova York: Random House, 1984.
- PORTES, A. Paradoxes of informal economy: the social basis of unregulated entrepreneurship. In: Smelser, N. J. e Swedberg, R. *Handbook of economic sociology*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1994.
- PORTES, A.; CASTELLS, M.; BENTON, L. A. *The informal economy: studies in advanced and less developed countries*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1989.
- ROBERTSON, R. *Globalization*. Londres: Sage Publications, 1992.
- SABLE, C.; ZEITLIN, J. Historical alternatives to mass production: politics, markets and technology in nineteenth-century industrialization. In: *Past and Present*, 108, 1985, p. 133-76. S. 1.
- SHAW, C. H. Genetic engineering of crop plants. *Chemistry and Industry*. Londres, 1984. N° 23.
- SILVA F. B. R. et alli. *Zoneamento Agroecológico do Nordeste: diagnóstico do quadro natural e agrossocioeconômico*. Brasília: Embrapa-CPATSA/ SNLCS.
- SILVA, J. G. da. Resistir, resistir, resistir: considerações acerca do campesinato no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 33, 1995, Curitiba, PR, *Anais...* Curitiba, PR: SOBER, 1995. v.2, p.762-777.
- VEIGA, J. E. da. *O desenvolvimento agrícola*. São Paulo: Hucitec/ Edusp, 1991.



